

As mulheres na imprensa regional. O caso de *A Comarca de Arganil* (1901-1980)

Irene Vaquinhas

Introdução

No primeiro de Janeiro de 1901 foi dado à estampa o primeiro número de *A Comarca de Arganil*, semanário fundado numa época em que os jornais eram considerados “artigos de luxo e pouca gente sabia ler”¹. Empreendimento arriscado em tempos de instabilidade política e de elevado analfabetismo, este periódico assumiu, desde a primeira hora, uma vertente ideológica, definindo-se como “regionalista, informativo e formativo”². “Ser a alavanca do progresso na comarca de Arganil”, “obtendo melhoramentos e concorrer para a acção civilizadora da Instrução popular”³ era, em suma, o objectivo visado, reconhecendo-se na educação uma arma contra o atraso e a ignorância e na imprensa periódica um meio eficaz de despertar consciências.

Dirigido a um público predominantemente rural, uma vez que, em 1900, cerca de 78,4% da população activa arganilense se dedicava às actividades agrícolas⁴, este órgão de informação manter-se-á, ao longo do tempo, fiel ao estilo tradicional da imprensa doutrinária, de teor eminentemente pedagógico, contribuindo para a formação da opinião pública e, sobretudo, de uma moral cívica. E acrescentava-

■ IRENE VAQUINHAS – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

* Este texto foi entregue para publicação há cerca de dois anos, a fim de integrar um volume comemorativo do centenário de *A Comarca de Arganil*. Por razões que desconheço, a publicação tem-se atrasado, não estando ainda prevista a data da sua impressão.

¹ “Há 50 anos *A Comarca* passou a bissemanário”, *A Comarca de Arganil*, n.º 7635, 30 de Junho de 1977.

² “Há 50 anos *A Comarca* passou a bissemanário”, *A Comarca de Arganil*, n.º 7635, 30 de Junho de 1977.

³ “O Nosso Programma”, *A Comarca de Arganil*, n.º 1, 1 de Janeiro de 1901.

⁴ Rui Cascão, *Aspectos sociais e económicos do concelho de Arganil na segunda metade do século XIX*, separata do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. IV, Coimbra, 1978, pp. 10-11.

-se: “o livro é para sábios ou para estudiosos, o jornal é para toda a gente: serve de cartilha ao analfabeto, de recreio ao ilustrado, de passatempo ao frívolo, de desenfado ao opulento e de consolo ao desventurado”. A expansão da imprensa regional integra-se, todavia, no processo de modernização da sociedade portuguesa iniciada em meados do século XIX e à qual não é alheia a dinamização do associativismo rural, a defesa dos interesses locais, o aumento do poder de compra e o acesso da população à leitura à medida que a rede escolar se vai expandindo.

Tendo como objectivo prioritário a defesa dos interesses da região, chamando a atenção para os seus problemas e carências, com a institucionalização do Estado Novo, *A Comarca de Arganil* acabará por apoiar o novo regime, difundindo os seus valores e objectivos. Com efeito, no contexto do regime autocrático então em vigor, o cerceamento da liberdade de expressão não se circunscrevia à censura, mas passava também pelo “controlo administrativo das publicações periódicas”⁵.

Nos anos subseqüentes ao 25 de Abril de 1974, o discurso regionalista, já politicamente esvaziado, converter-se-á naquilo que Amorim Girão considerava ser a sua negação “um esforço sentimental feito no sentido de fazer reviver as lembranças do passado; ou ainda somente o amor da região natal com as suas paisagens, as suas tradições, os seus costumes característicos”⁶.

É dentro deste quadro referencial, sumariamente delineado, que se insere a colaboração feminina, procurando-se neste estudo captar o contributo das mulheres para a difusão da mensagem discursiva do jornal ao longo de cerca de um século e, sobretudo, esclarecer como estas inscreveram a sua identidade jornalística nos textos que redigiram. Geralmente silenciadas pela história da cultura, por o haverem sido das esferas do poder público, só muito recentemente a actividade jornalística feminina começou a ser objecto de análise histórica.

Verificou-se, no entanto, grande desenvolvimento da imprensa feminina no século XIX, sobretudo a partir de 1850⁷, não obstante o jornalismo feito por mulheres não ser diário e se restringir a temáticas femininas ou feministas⁸. Os

⁵ Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 81.

⁶ Cit. in António Rafael Amaro, “Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)”, *Portugal e as regiões: perspectivas históricas*, XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 9 e 10 de Novembro de 1996, 1996, p. 83. Para uma definição de regionalismo veja-se também César Oliveira, “A questão da regionalização”, *História dos municípios e do poder local (Dos finais da Idade Média à União Europeia)*, dir. de César de Oliveira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 495.

⁷ A este propósito veja-se o inventário de títulos apresentado por Maria Ivone Leal, *Um século de periódicos femininos. Arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1992.

⁸ Mary Louise Roberts, “Copie subversive: le journalisme féministe en France à la fin du siècle dernier”, *Clio. Histoire, Femmes, Société*, n.º 6 – Femmes d’Afrique, 1997, p. 234.

costumes e a moral do tempo impediam-lhes o acesso ao jornalismo de reportagem, também chamado “de rua”, baseado na observação e no testemunho directo da realidade vivida e presenciada, sob pena de caírem no ridículo ou de serem conotadas com o mundo da prostituição.

Num contexto histórico preciso, em que se discutia a nível nacional a conveniência da instrução feminina⁹, escrever num jornal era tido como um acto transgressor, de cunho eminentemente viril, e uma usurpação de uma actividade exercida desde tempos longínquos pelos homens, uma vez que o poder da palavra pública era considerado prerrogativa masculina¹⁰. Raras eram as mulheres que escreviam na imprensa diária. Constituíam verdadeiras excepções à regra, dando origem a comentários depreciativos, inclusive das suas próprias colegas de ofício. É o caso, entre outras, da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho, que, ao ser convidada, em 1868, para colaborar no recém-criado jornal *A Voz Feminina*, se recusou, argumentando que “o jornal enfim, deve ser masculino, porque só os homens têm o espírito positivo que esse género demanda”¹¹. Não admira, por conseguinte, o recurso frequente a pseudónimos, anagramas ou iniciais, atrás dos quais as colaboradoras de jornais ou de revistas escondiam a sua verdadeira identidade, preservando-se assim da eventual maledicência ou da agressão pública.

Quem eram, pois, as mulheres que escreviam regularmente n’*A Comarca de Arganil*? Que causas defenderam? Que motivos as levavam a fazer de um jornal regional uma tribuna política e um espaço de intervenção literária? Terão contribuído para modificar as mentalidades no que respeita ao papel e ao lugar das mulheres na sociedade? Estas são algumas interrogações a que se procurará dar resposta no decurso deste estudo.

A colaboração feminina

A presença feminina no periódico arganilense pode ser estimada fundamentalmente através de duas vias distintas, embora complementares: por um lado, por uma análise quantitativa e qualitativa dos artigos de opinião redigidos por mulheres ou sobre problemáticas afins ao sexo feminino; por outro, por uma

⁹ Irene Vaquinhas, “Miserável e gloriosa”: a imagem ambivalente da mulher no século XIX”, *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 25-32.

¹⁰ Lola Luna, “Escritoras para una historia literaria”, *Leyendo como una mujer. La imagen de la mujer*, Prólogo de Iris M. Zavala, Sevilla, Anthropos, 1996, p. 133.

¹¹ Maria Isabel Moutinho Duarte Ildefonso, *As mulheres na imprensa periódica do século XIX. O jornal A Voz Feminina (1868-1869)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998 (Tese de Mestrado), p. 14.

apreciação sistemática dos textos abordando assuntos relacionados com o tema “mulher” ou que a encaram como principal protagonista.

Ora, ao longo de cerca de cem anos de existência de *A Comarca de Arganil*, mais precisamente de 1901 a 1979, colaboraram no jornal 38 mulheres, com 323 artigos de primeira página (*Quadro I*).

Quadro I
Colaboradores (1901-1979)

	Colaboradores (Nº)	Artigos escritos (Nº)	Artigo por colaborador (Média)
Homens	33	63	1,91
Mulheres	38	323	8,5
Sem Identificação	12	27	2,25
Total	83	413	4,98

A autoria masculina é sensivelmente idêntica, para o mesmo período de tempo (33 homens), embora bastante inferior no que toca a artigos escritos (63). Estes valores estão, no entanto, subestimados, uma vez que se torna impossível identificar com precisão a autoria de artigos não assinados ou apenas referenciados por iniciais.

O relativo equilíbrio entre os dois sexos no que respeita à colaboração prestada parece indicar, à primeira vista, a partilha de um interesse comum pela condição feminina. Uma análise mais minuciosa permite, no entanto, verificar que a participação de homens e mulheres na redação de artigos de opinião não se distribui ao longo dos anos de modo equitativo. Relativamente significativa na fase de arranque do jornal, entre 1901 e 1909 (*Quadro II*), a produção jornalística feminina reduz-se durante o período da I República e nos primeiros anos do Estado Novo até ao termo da II Guerra Mundial, registando a partir da década de 50, em particular desde o ano de 1951, um salto quantitativo de grandes proporções, mantendo-se em níveis elevados até à década de 80 do século XX.

Já a colaboração masculina não obedece ao mesmo percurso, concentrando-se no período que se estende do início da década de 20 ao final dos anos 40, rareando a partir daí¹².

¹² Para dados de natureza biográfica sobre alguns dos colaboradores veja-se, entre outros, “Mattoso, António Gonçalves (1896-1975)”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Coord. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 555-557.

Quadro II

**Evolução por décadas da colaboração masculina e feminina
(em número de artigos de primeira página)**

	SM	%	SF	%	Total
1901-1909			15	68,2	22
1910-1919	7	35	8	40	20
1920-1929	9	47,4	4	21,1	19
1930-1939	24	68,6	3	8,57	35
1940-1949	9	64,3	5	35,7	14
1950-1959	3	3,95	71	93,4	76
1960-1969	6	5,56	102	94,4	108
1970-1979	5	4,1	117	95,9	122

O dinamismo feminino que se verifica desde meados do século XX e que acompanha o processo de profunda mudança estrutural da sociedade portuguesa no pós-guerra, nas palavras de Fernando Rosas¹³, deve-se a um pequeno núcleo de mulheres, no qual sobressai, pela grande produtividade jornalística, Arminda Alves Caetano da Silva Sanches¹⁴, professora primária, que, entre Setembro de 1951 e Setembro de 1974, data que marca o termo oficial da sua actividade no periódico regional, publicou 175 artigos, ou seja, 42,3% dos artigos de primeira página

¹³ Fernando Rosas, "As mudanças invisíveis do pós-guerra", *História de Portugal, O Estado Novo*, dir. de José Mattoso, vol. 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 419.

¹⁴ Arminda das Neves Alves Caetano da Silva Sanches (1891-1977), natural de Évora, professora e escritora, era irmã do Prof. Doutor Marcello Caetano. Casou-se com o Coronel Dr. Álvaro Duarte da Silva Sanches, que foi presidente da Câmara de Arganil, e foi mãe do ministro das Obras Públicas, Eng. Rui Sanches. Fundou, em 1960, em Arganil, a "Obra do Enxoval", bem como contribuiu para a abertura de cantinas escolares (na Escolas do Magistério Primário de Santo António dos Olivais e de Lordemão – Coimbra – e Pombeiro da Beira), a "Sala de Leitura e Recreio para Trabalhadores" (em Pombeiro da Beira), entre outras organizações. Foi ainda presidente da "Comissão Municipal de Assistência do Concelho de Arganil" (a partir de 1960) e presidente da "Obra das Mães pela Educação Nacional", de Coimbra, desde 1969, tendo sido agraciada com o grau de comendador da Ordem da Benemerência (em 1971). Promoveu várias acções de beneficência, vendas de caridade, etc., tendo sido também a patrona da "Escola Preparatória de Arganil" (1970). Redigiu as seguintes obras: *Remar... contra a maré. Sugestões e comentários sobre educação*, Caxias, 1957; *O regime protege a família*, Coimbra, separata de *Pontos de Doutrina* editada pela Comunidade Distrital de Coimbra, s.d.; *Problemas sócio-culturais de ontem e de hoje*, 1970. Sobre o assunto veja-se: *A Comarca de Arganil*, 15 de Dezembro de 1956; 16 de Junho e 24 de Dezembro de 1959; 25 de Fevereiro de 1960; 7 de Junho de 1962; 13 de Janeiro de 1968; 22 de Dezembro de 1970; 7 de Agosto, 21 de Outubro e 16 de Novembro de 1971; 16 de Dezembro de 1972; 10, 12 de Julho e 29 de Novembro de 1973; 17 e 22 de Setembro de 1977. Cfr. ainda Américo Lopes de Oliveira, *Dicionário de mulheres célebres*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1981, p. 1167.

publicados em *A Comarca de Arganil*, foram da sua inteira responsabilidade (Quadro III). A sua estreia no jornal fez-se, no entanto, em 1912, então ainda adoptando o seu nome de solteira, Arminda das Neves, com um artigo intitulado “A influência da mulher, na política, não votando”¹⁵, onde já evidenciava pontos de vista conservadores.

Mulher prestigiada no panorama pedagógico da época e bem colocada politicamente, não só por ser irmã do chefe do Governo, Marcelo Caetano, mas também pela obra desenvolvida no campo da acção social escolar, Arminda Sanches entendia o jornalismo como um encargo de serviço público, e o jornal como um instrumento capaz de providenciar instrução e uma sólida educação moral¹⁶, pilares da nova “ordem social”.

A consciência de uma missão transcendente, senão redentora, confere aos seus artigos uma função didáctica muito específica que converte esta autora em porta-voz da ideologia oficial. Inculcar, guiar, dirigir, era a sua maneira de entender a educação, depreendendo-se dos seus escritos os princípios básicos do modelo tradicional escolar, de orientação autoritária, centralista e conservadora. Nesta medida, é um caso à parte entre os colaboradores do jornal, cujo labor jornalístico, pelo seu carácter profundamente ideológico, ajuda a explicitar as linhas mestras do projecto estado-novista em matéria de política educativa, sobretudo no que toca ao ensino primário.

Sobressaem ainda neste pequeno núcleo de articulistas regulares Maria Salette Borges e Ester Nogueira, ambas professoras aposentadas do Magistério Primário, bem como a escritora e professora, conhecida propagandista republicana e socialista, Angelina Vidal¹⁷. A grande maioria das colaboradoras (65,8%) limitava-se, no entanto, a um único artigo¹⁸.

¹⁵ *A Comarca de Arganil*, 1 de Agosto de 1912.

¹⁶ Veja-se, a este propósito, os seus artigos “*A influência da imprensa na educação dos povos da serra*” e “*Imprensa portuguesa*”, *A Comarca de Arganil*, 13 de Janeiro de 1953 e 15 de Junho de 1957. O contributo deste jornal para a “cultura do povo” e para a sua “orientação espiritual” era frequentemente exaltada em testemunhos pessoais que salientavam a sua importância na manutenção de hábitos de leitura ou, por outras palavras, “devo-lhe |leia-se, *A Comarca de Arganil* | o não ter esquecido o que aprendi na escola”. Sobre este assunto, veja-se, entre outros os depoimentos de D. Maria da Trindade de Brito Cardoso, *A Comarca de Arganil*, 8 de Março de 1962.

¹⁷ Sobre Angelina Vidal (1853-1917) veja-se, entre outros, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 1346-1347; *O grande livro dos portugueses, 4000 personalidades em texto e imagem*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990, p. 509. A notícia do seu óbito é dada na *A Comarca de Arganil*, 15 de Agosto de 1917.

¹⁸ Para dados de natureza biográfica de algumas das colaboradoras do jornal veja-se, entre outras: sobre a Dra. Maria Teresa Furtado Dias, médica do Instituto de Oncologia de Lisboa, e sócia da “Royal Society of Medicine”, com sede em Londres, a partir de 1958 (*A Comarca de Arganil*, 21 de Fevereiro e 22 de Abril de 1956; 19 de Novembro de 1954; 21 de Fevereiro de 1956; 22 de Abril de 1958); sobre a Dra. Olga de Freitas da Cunha Ferreira, directora, a partir de 1970, do ciclo preparatório de Arganil (*A Comarca de Arganil*, 24 de Setembro e 22 de Dezembro de 1970).

Quadro III
Listagem dos colaboradores
(por ordem decrescente de artigos redigidos)

Mulheres	Nº	Homens	Nº	Sem identificação	Nº
Arminda Alves Caetano da Silva Sanches	176	Alípio Barbosa	24	Sem autoria	16
Maria Salete Borges	74	Baptista Loureiro	3	A.	1
Angelina Vidal	13	Alves Caetano	2	A.C.	1
Ester Nogueira	8	António G. Matoso	2	A.J.	1
Maria Emília	6	Dr. Domingos	2	A.X.F.	1
Flor do Liz	4	Gil Duarte	2	C.	1
Maria Clara Correia Alves	3	José Luciano Marques	2	F.S.	1
Maria Leonor Martins Leal	3	A. Lopes da Costa	1	M.	1
Maria Regina Teixeira Anacleto	3	Amadeu de Freitas	1	M.A.	1
Maria Veleda	3	António Lopes Machado	1	N. de C.	1
Cândida Cortes	2	Armando Reis	1	V.	1
Maria Buíca Rocha	2	Fernandes Rego	1	V. N.	1
Olga de Freitas da Cunha Ferreira	2	Gustavo	1		
Alice	1	João Prim	1		
Aurora Jardim	1	Johnson	1		
Aurora Ribeiro de Gouveia	1	José de Oliveira e Costa	1		
Clarisse B. Sanches	1	José Fernando Nunes Barata	1		
Ermelinda Rodrigues da Silveira	1	José Francisco Pereira	1		
Fernanda Tasso de Figueiredo	1	José Júlio Gonçalves	1		
Heloísa Cid	1	Luís de Pina	1		
Iria Barata Marques	1	Luís Ferreira	1		
Jeanne d'Anthly	1	Luís Leitão	1		
Luísa Maria de Almeida Feijó	1	Manuel Ramos de Oliveira	1		
Margarida de Magalhães	1	N. Abrantes Gouveia	1		
Maria Amália Vaz de Carvalho	1	Nuno de Brito	1		
Maria Benedita Pinho	1	Paulo de Campos	1		
Maria de Carvalho	1	Pinheiro Torres	1		
Maria dos Anjos Neves Ventura	1	Renato de Mendonça	1		
Maria Isabel Simões	1	Trindade e Lima	1		
Maria José Lopes Ferreira	1	Vasco de Campos	1		
Maria Júlia Ferrão	1	Victor de Moigénie	1		
Maria Ondina Mendes Ramos	1	Zé da Serra	1		
Maria Teresa Furtado Dias	1	Zé Ninguém	1		
Sara Afonso	1				
Sara Beirão	1				
Serrana d'Aire	1				
Virgínia de Castro e Almeida	1				

Em termos profissionais, os dados demonstram o grande peso do professorado entre as autoras (36,1%), com largo destaque para as docentes do magistério primário, seguindo-se as profissões ligadas ao mundo das artes e das letras: escritoras, poetisas, jornalistas e pintoras (*Quadro IV*).

Quadro IV
Profissão exercida pelos colaboradores

Mulheres	Nº		%		Homens	Nº		%	
		%	Nº art.	%			%	Nº art.	%
Médica	1	2,6	1	0,3	Médico	1	3	1	1,6
					Médico e empresário	1	3	24	38
Escritora	4	11	4	1,2	Casuístico	1	3	1	1,6
Escritora e jornalista	1	2,6	1	0,3	Licenciado	1	3	2	3,2
Poetisa	1	2,6	1	0,3					
Poetisa e jornalista	1	2,6	1	0,3	Jornalista	2	6,1	2	3,2
Pintora	1	2,6	1	0,3	Professor universitário	2	6,1	2	3,2
					Professor liceal	1	3	2	3,2
Prof. directora do ciclo preparat.	1	2,6	2	0,6	Professor primário	1	3	1	1,6
Professora primária	6	16	262	81					
Professora	4	11	8	2,5	Padre	1	3	2	3,2
Professora e escritora	1	2,6	13	4					
Professora, escritora e jornalista	1	2,6	3	0,9	Despachante	1	3	1	1,6
					Funcionário da Alfândega	1	3	2	3,2
Funcionária dos correios	1	2,6	4	1,2					
Sem identificação	15	39	22	6,8	Sem identificação	20	61	23	37
Total	38	100	323	100	Total	32	100	62	100

São sobretudo aquelas profissionais do ensino que mantêm a continuidade da presença feminina no jornal, assegurando 81% dos artigos publicados, enquanto as restantes colaboradoras se limitavam a prestações esporádicas e pontuais¹⁹. A sua intervenção intensifica-se a partir da década de cinquenta, contribuindo em

¹⁹ O peso do professorado é também bastante significativo (à volta de 50%) entre os elementos da Maçonaria feminina, na fase de transição da monarquia constitucional para a República, cfr. Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Vega, s.d., pp. 55-56; 64-65.

média com um artigo mensal, enquanto no período republicano e de transição para o Estado Novo são, sobretudo, da autoria de figuras proeminentes do movimento republicano e do “feminismo de primeira vaga”, ou então de escritoras e poetisas relativamente conhecidas no meio literário português, os artigos de primeira página.

Para além da já mencionada Angelina Vidal, Maria Veleda²⁰, Virgínia de Castro e Almeida²¹, Ermelinda Rodrigues da Silveira²² e Maria Clara Correia Alves²³ são algumas das mulheres emancipadas (para o seu tempo) que, trilhando o caminho da militância no movimento feminista de substracto republicano, no Partido Republicano Português ou nas fileiras da Maçonaria feminina, deixaram na imprensa arganilense (a par de tantos outros periódicos regionais ou nacionais) ecos da sua ilustração e abertura de espírito. Já no campo da literatura, o protagonismo jornalístico recenseia nomes consagrados como Maria Amália Vaz de Carvalho²⁴,

²⁰ Maria Veleda (1871-1955), escritora, jornalista e professora, natural de Faro, foi uma activa propagandista da causa republicana, membro da “Liga Republicana das Mulheres Portuguesas” (1909-1919). As suas divergências com Ana de Castro Osório, também dirigente desta associação, sobretudo no que toca à questão do sufrágio feminino, já que Maria Veleda era “decididamente anti-sufragista”, representaram, segundo Helena Neves, uma ruptura com a ideologia republicana, sendo qualificada por esta autora de “feminista proletária”. Sobre a sua biografia veja-se, entre outros, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 1337 e Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *Mulheres para além do seu tempo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1995, pp. 34-35, para além da própria obra de Maria Veleda, *A conquista. Discursos e conferências*, Prefácio do Dr. Antonio José d` Almeida, Lisboa, Livraria Central, 1909.

²¹ Virgínia de Castro e Almeida (1874-1945), escritora, natural de Lisboa, dedicou-se particularmente à literatura infantil e juvenil, sendo bastante sensível aos temas educativos. Tem também várias obras sobre a condição feminina. Para mais informações, veja-se, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 223-224.

²² Ermelinda Rodrigues da Silveira foi militante do movimento feminista português, pertencendo, entre 1911-1918, à “Associação de Propaganda Feminista”, onde chegou a desempenhar, em 1916, as funções de Presidente da Assembleia Geral. Pertenceu também à Maçonaria, estando integrada, em 1920, na loja *Carolina Ângelo do Grande Oriente Lusitano Unido*, adoptando o nome simbólico de “Inês Perez”. Sobre o assunto veja-se João Esteves, *As origens do sufragismo português. A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*, Lisboa, Bizâncio, 1998, pp. 24-25, 129, 133; Fernando Marques da Costa, *ob. cit.*, pp. 56-57.

²³ Maria Clara Correia Alves (1869-1948), professora e publicista, natural de Montemor-o-Novo, foi uma das mais activas fundadoras do “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” e uma das principais redactoras do seu porta-voz: a revista *A Alma Portuguesa*, da qual foi a sua primeira directora, de 1914 a 1919. Sobre a sua biografia veja-se, entre outros, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 43 e Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *ob. cit.*, pp. 42-46.

²⁴ Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921), escritora, jornalista, com inúmeras obras destinadas ao público feminino exerceu grande influência no seu tempo, incentivando a instrução feminina. Todavia, a sua visão da mulher não se afasta muito dos padrões tradicionais do século XIX, considerando-a inferior ao homem e tendo como missão principal ser esposa e mãe, objectivos que determinariam, na sua opinião, a educação que lhe deveria ser ministrada. Sobre o assunto veja-se, entre outros, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 208-210 e Maria José de La Fuente, *O ensino secundário feminino. Os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1989, pp. 22-30.

Sara Beirão²⁵, poetisas como Maria de Carvalho²⁶, Heloísa Cid²⁷ e Aurora Jardim²⁸ ou pintoras como Sara Afonso²⁹.

Todas, no entanto, faziam parte de uma minoria intelectual, beneficiária de uma preparação educativa que era alheia à maioria das mulheres portuguesas. Apesar dos sensíveis progressos alcançados desde finais do século XIX, o analfabetismo continuava a dominar a sociedade portuguesa. No que respeita à população feminina, a taxa apenas baixara de 85%, em 1890-1900, para 74%, em 1930³⁰. O desfasamento relativamente a outros países da Europa meridional era significativo, de tal forma que, “em 1910, o atraso, relativamente à Espanha e à Itália, ascenderia a cerca de meio século”³¹.

A carreira do magistério primário era também uma das poucas actividades profissionais que uma rapariga podia cursar oficialmente desde meados do século XIX. O acesso ao ensino superior será mais tardio, datando da última década de Oitocentos, e o ingresso das raparigas nas universidades e nos institutos de ensino

²⁵ Sara Beirão (1881-1974), escritora e jornalista, natural de Tábua, colaborou em numerosos jornais nacionais e brasileiros, tendo deixado uma vasta obra literária. Foi presidente do “Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas” (1934-1946), onde desenvolveu uma acção ímpar na defesa dos interesses das mulheres, em particular em prol da instrução feminina. Fundou ainda, juntamente com o seu marido, na Quinta dos Freixos (Tábua), uma instituição assistencial, a “Casa de Repouso e Assistência para Artistas e Intelectuais” (1961), tendo também promovido várias acções de protecção à criança (“Serão dos pobres”, em 1938). Foi agraciada, em 1948, com o grau de oficial da Ordem Militar de Santiago de Espada. Sobre a sua biografia veja-se Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 133; Rosmarie Wank-Nolasco Lamas, *ob. cit.*, pp. 42, 74-75, e *A Comarca de Arganil* de 6 de Dezembro de 1938; 5 de Novembro de 1948; 7 de Junho e 1 de Setembro de 1955; 21 de Março de 1961; 20 de Outubro de 1962; 31 de Maio de 1973; 23 de Maio de 1974. Sara Beirão recorreu também ao pseudónimo Álvaro de Vasconcelos, com o qual colaborou nos periódicos *O Beira Alta*, *O Taboense* e *Humanidade* (Igrejas Caeiro, “Tábua. A evocação de Sara Beirão”, *A Comarca de Arganil*, 24 de Julho de 2001).

²⁶ Maria de Carvalho (1889-1973) foi poetisa e jornalista, tendo colaborado em numerosos jornais e publicado vários livros, sobretudo de sonetos. Para alguns dados de natureza biográfica veja-se Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 210.

²⁷ Heloísa Cid, poetisa, nasceu em 1908, em Oliveira do Hospital, tendo várias obras publicadas. Para informações mais circunstanciadas da sua vida literária veja-se Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 248.

²⁸ Aurora Jardim, escritora e jornalista, nasceu em 1898, na ilha de S. Tomé. Integra, desde 1925, o corpo redactorial do *Jornal de Notícias*, tendo também dado colaboração tanto a jornais e revistas nacionais como das antigas ex-colónias e Brasil. Sobre o assunto veja-se Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, p. 601.

²⁹ Sara Afonso (1899) nasceu em Lisboa. Pertenceu ao movimento modernista, estando representada em vários museus nacionais e estrangeiros. Para mais informações veja-se, entre outros, Américo Lopes de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 11-12.

³⁰ Paulo Guinote, *Quotidianos femininos (1900-1933)*, 1.º vol., Lisboa, 1997, p. 46.

³¹ Teresa Pinto, *O ensino industrial feminino oitocentista. A escola Damião de Góis em Alenquer*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 38.

superior far-se-á muito paulatinamente só acelerando a partir da década de 1950³². A articulação entre a preparação intelectual e a actividade docente confere, assim, a este pequeno grupo de mulheres as características de uma elite intelectual, a qual procurava, através dos seus escritos na imprensa, contribuir para o reconhecimento social e cultural das mulheres e modificar mentalidades e ideias preconcebidas.

A evolução ideológica do jornal a partir da institucionalização do Estado Novo, no sentido de reforço da componente regionalista, reflecte-se igualmente no seu corpo redactorial, restringindo-se o “peso” da colaboração forânea, em favor de elementos femininos nados e criados na localidade ou pelo menos com responsabilidades educativas na vila de Arganil ou no seu concelho. A promoção e a defesa dos interesses da região, bem como a tentativa de captação, como articulistas do jornal, de individualidades com prestígio e influência na vida local, são factores que parecem terem pesado nesta decisão, à qual também não terão sido alheios objectivos comerciais bem como o entendimento de que o jornalismo constituía uma missão de interesse público cujo objectivo era conquistar as populações e fazê-las comparticipar num esforço colectivo.

Esta disposição está, aliás, presente em muitos dos artigos de Maria Salette Borges, sobretudo a partir do ano de 1974. Frequentemente “escrevia por encomenda”, procurando corresponder a pedidos que lhe eram formulados, sobretudo por emigrantes, sobre os mais variados assuntos³³. Posicionando-se do lado do leitor mais do que do autor, esta articulista de *A Comarca de Arganil* recorria a um discurso sentimental, de escasso ou nulo conteúdo informativo, nos quais as descrições dos estados de alma dominavam sobre os registos directos e objectivos. Salvo excepção, os seus artigos não apelavam para a lógica ou capacidade de análise; antes, procuravam traduzir sensações ou evocar nostálgicamente o passado. Exemplo representativo são os trechos que se citam: “Balouçam cravos nas janelas e a brisa que os agita faz oscilar a folhagem das árvores, ciciando segredos indecifráveis [...]”³⁴ e “Sou por índole uma admiradora da natureza, uma nostálgica, uma saudosa de todos os lugares a que me prendem indeléveis recordações familiares. Assim, vislumbro, ao longe, S. João de Areias, iluminada qual barco de sonho prestes a iniciar a rota para longínquo país de encantamento [...]”³⁵.

³² No ano lectivo de 1950/1951, a percentagem de mulheres no ensino superior é de 24,9%, e, em 1940/1941, de 19%, “Ensino superior”, Dicionário de História do Estado Novo, *ob. cit.*, vol. I, p. 306.

³³ É o caso, entre tantos outros que se poderiam citar, dos artigos intitulados “Terra minha (a pedido de um emigrante)” e “Luar de Natal – Cântico de amor (a pedido duma desconhecida)”, *A Comarca de Arganil*, 10 de Abril e 21 de Dezembro de 1976.

³⁴ “Apontamentos de uma manhã de verão (A pedido dum emigrante)”, *A Comarca de Arganil*, 5 de Julho de 1975.

³⁵ “Luar de Agosto”, *A Comarca de Arganil*, 12 de Agosto de 1975.

Em suma: detecta-se no periódico arganilense três períodos cronológicos distintos no que respeita à caracterização das suas colaboradoras, correspondendo o primeiro, aos anos de transição da Monarquia para a República e que se prolonga até ao termo desta; um segundo, que se inicia nos anos cinquenta e se estende até 1974, e, finalmente, um terceiro, que vai da implantação do regime democrático até à actualidade.

Na primeira fase perfila-se um tipo de colaboradora politicamente empenhada e comprometida com a ideologia republicana veiculada pelo jornal. Um exemplo significativo é o de Angelina Vidal, a qual, abraçando a causa do republicanismo, se coloca ao lado dos seus colegas jornalistas na denúncia de situações de injustiça social, realizando uma campanha de proselitismo em prol do partido político mais importante do momento.

São da sua autoria artigos que procuram alertar as consciências, abordando temas tão ecléticos como as exigências tributárias e a necessidade de reforma fiscal³⁶, a dissolução das cortes³⁷, a guerra³⁸ ou a “a peste do século XIX”, ou seja, a tuberculose³⁹, entre outros assuntos.

Em contrapartida, não se vislumbram nos seus artigos preocupações de género ou quaisquer ecos das reivindicações feministas (sufrágio feminino, direito à instrução, igualdade civil, etc.) que, ao tempo, agitavam a opinião pública. Sendo uma das vozes insubmissas da “geração do Ultimato”, os seus protestos visavam objectivos mais urgentes e prioritários, enquadrando-se na estratégia de combate, de teor insurreccional, levada a cabo pelo Partido Republicano contra a Monarquia Constitucional⁴⁰.

No ambiente de afrontamento ideológico que caracterizou a sociedade portuguesa no dealbar do século XX, Angelina Vidal foi uma voz de singular indignação patriótica e de oposição ao poder estabelecido. O seu intervencionismo empenhado reflecte, no entanto, a recusa do papel de “descanso do guerreiro”, trabalhando em pé de igualdade com os seus colegas jornalistas, e pondo todas as suas faculdades ao serviço da causa pública⁴¹.

³⁶ *A Comarca de Arganil*, 3 de Março, 21 e 28 de Abril de 1904.

³⁷ *A Comarca de Arganil*, 12 de Maio de 1904.

³⁸ *A Comarca de Arganil*, 19 de Maio de 1904.

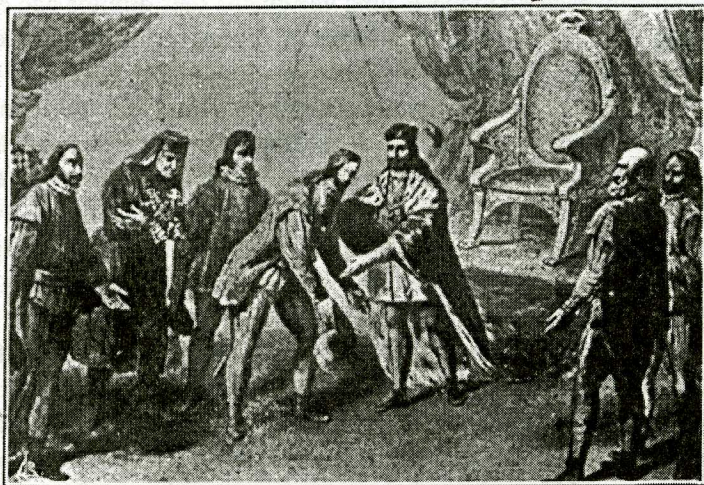
³⁹ *A Comarca de Arganil*, 26 de Maio de 1904.

⁴⁰ Amadeu Carvalho Homem, *A propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, 1990, pp. 81-83 e *Conciliação e confronto no discurso republicano (1870-1890)*, separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 7, Coimbra, 1985.

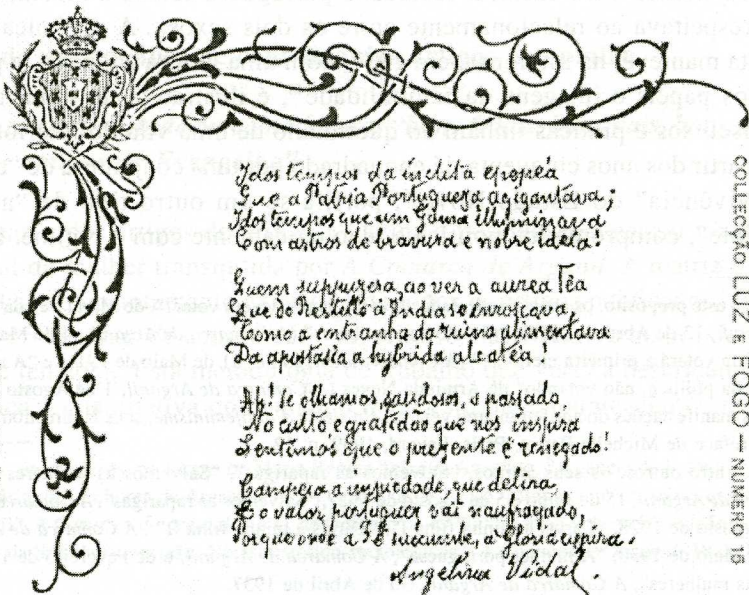
⁴¹ Sobre a actividade de Angelina Vidal como militante do Partido Republicano Português veja-se Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, “Angelina Vidal. Uma vida ao serviço da propagação da nova ideia”, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, vol. VIII, 1993, pp. 155-174 e Maria Teresa Salgado, “Angelina Vidal: entre le socialisme et le feminisme”, *Utopie et socialisme au Portugal au XIXe siècle, Actes du Colloque*, Paris, 10-13 Janvier 1979, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, pp. 307-318.

MARÇO 1910 — São considerados falsos os exemplares não rubricados pelo DIRECTOR-PROPRIETARIO

B. Bragança



Depois da descoberta da Índia



ANGELINA VIDAL

Idos tempos da inchita epopeia
Que a Pátria Portuguesa agigantava;
Idos tempos que um Gama ilhuminava
Com astros de bravura e nobre idela!

Quem supusera, ao ver a aurea Teia
Que de Restello a Índia se enroscava,
Como a entranha da ruína alimentava
Da apostasia a hybrida aleatêa!

Ah! se olhamos, perdidos, o passado,
No culto e gratidão que nos inspira
Sentimos que o presente é rejeitado!

Canseira a impiedade, que delina,
E o valor português vai naufragado,
Porque onde a Fé succumbê, a glória aspira.

Angelina Vidal.

COLLEÇÃO LUZ E FOGO — NÚMERO 13

Postal ilustrado com um poema de Angelina Vidal

Fonte: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Sala Ferreira Lima, Caixa: Postais. Tipos Populares.

Nunca neste periódico, porém, se erigiu em defensora da emancipação feminina ou se identificou com as aspirações das primeiras feministas. A causa das mulheres terá as suas paladinas durante a I República em *A Comarca de Arganil*, embora em escasso número, uma vez que os seus direitos não constituíam uma preocupação essencial do jornal. No entanto, temas controversos como o voto feminino que, ao tempo, ajudaram a minar o Movimento Feminista Português, encontraram acolhimento no periódico arganilense, o qual serviu de pano de fundo ao debate travado, embora a maioria dos intervenientes argumentasse energeticamente contra a conveniência política da concessão do direito de sufrágio ao sexo feminino⁴². Aliás, a entrada das mulheres na esfera pública e o seu acesso a novos cargos e profissões a partir de finais do século XIX, suscitou algum receio por parte do sexo masculino, o que transparece com clareza no jornal. Nos Anos Vinte e Trinta são comuns os artigos escritos por colaboradores que encaram a autonomia feminina como ameaçadora, investindo em textos que, defendendo a perspectiva católica sobre o assunto, exaltam o papel da mulher como dona de casa, esposa e mãe, remetendo-a à mais estrita e tradicional subordinação. O médico e empresário Alípio Barbosa destaca-se, neste campo, pelos seus artigos de opinião, de conteúdo conservador, mas, à boa maneira antifeminista⁴³, cheios de graça e humor⁴⁴. De facto, a sociedade portuguesa estava a mudar, inclusive no que respeitava ao relacionamento entre os dois sexos... A polémica que este articulista manteve, na imprensa, em 1937, com uma leitora anónima, a propósito dos novos papéis e imagens da feminilidade⁴⁵, é ilustrativa do impacto que os novos discursos e práticas tinham no quotidiano de uma vila do interior do país.

A partir dos anos cinquenta, já enquadrado por uma conjuntura de “adaptação e sobrevivência” do Estado-Novo⁴⁶, perfila-se um outro tipo de “articulista combatente”, comprometida política e ideologicamente com o regime, apelando,

⁴² Veja-se, a este propósito, os artigos intitulados “As mulheres devem votar?”, de Maria Veleda (*A Comarca de Arganil*, 13 de Abril de 1911); “O voto das mulheres” (*A Comarca de Arganil*, 4 de Maio de 1911); “Em quem votará a primeira eleitora?” (*A Comarca de Arganil*, 11 de Maio de 1911) e “A influência da mulher, na política, não votando” de Arminda Neves (*A Comarca de Arganil*, 1 de Agosto de 1912).

⁴³ Sobre as manifestações do antifeminismo veja-se, *Un siècle d'antiféminisme*, sous la direction de Christine Bard, Préface de Michelle Perrot, Paris, Fayard, 1999, p. 12.

⁴⁴ Veja-se, entre outros, os seus artigos, “Salvemos as raparigas”, “Salvemos as mulheres casadas”, *A Comarca de Arganil*, 15 de Julho e 5 de Agosto de 1927, “Salvemos as raparigas”, *A Comarca de Arganil*, 26 de Agosto de 1928, “Cartas à minha filha I”, “Cartas à minha filha II”, *A Comarca de Arganil* de 2 e 23 de Maio de 1930, “A mulher portuguesa”, *A Comarca de Arganil*, 6 de Fevereiro de 1931, “O reinado das mulheres”, *A Comarca de Arganil*, 30 de Abril de 1937.

⁴⁵ Veja-se a sua série de artigos sobre “O reinado das mulheres”, *A Comarca de Arganil* de 30 de Abril, 7, 14, 21 e 28 de Maio de 1937.

⁴⁶ João Paulo Avelãs Nunes, *As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949)*, separata da *Revisita de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, 1995, p. 172.

em termos discursivos, para os valores morais e para a “razão do Estado”, e de que é exemplo representativo Arminda Sanches. Em contrapartida, após a implantação do regime democrático, em 25 de Abril de 1974, e até à década de oitenta, os artigos escritos por mulheres perdem orientação política definida. Alguns especializam-se e ganham especificidade técnica e rigor científico (sobre património e história de arte, questões de saúde, teorias pedagógicas, etc.)⁴⁷; outros, a grande maioria, sobretudo os da autoria de Maria Salete Borges, verdadeira “jornalista de serviço” de *A Comarca de Arganil* nesta fase, passam a incorporar um discurso nostálgico e sentimental, alheio aos grandes acontecimentos da actualidade, em que se apela para um “regresso ao passado” e para um apego ao torrão natal. Neste último caso, a terminologia utilizada adequa-se, tanto na forma como no conteúdo, a certas qualidades tidas como inerentes ao “eterno feminino” e que têm na expressão dos sentimentos uma das suas características identitárias. O lirismo que aqui se expressa traduz igualmente uma certa forma de resistência ao primado do político na sociedade, demonstrando que a ideologia conservadora e nacionalista dos tempos do passado “em que era proibido falar de política num Estado que se pretendia forte”⁴⁸ ainda se não extinguiu.

Mas precisemos, com mais rigor, estas considerações...

Esboço de uma análise de conteúdo dos artigos de opinião

1 – Educar a juventude ou como formar “bons filhos, bons pais, bons patriotas, bons amigos do Evangelho”

A partir dos artigos de primeira página é possível reconstruir a representação social da mulher transmitida por *A Comarca de Arganil*. A matriz de análise tem por base o levantamento exaustivo de todos os artigos publicados, agrupados em categorias gerais de acordo com um critério classificativo de proximidade ou afinidade temática. Esta metodologia de trabalho que visa “a descrição objectiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”⁴⁹, tem a van-

⁴⁷ Vejam-se, entre outros, os artigos de Maria Regina Teixeira Anacleto, “A capela de S. Pedro. Monumento funerário dos senhores de Arganil I” e “A capela de S. Pedro. Monumento funerário dos senhores de Arganil II”, *A Comarca de Arganil*, 8 e 11 de Outubro de 1977; “A Irmandade da Misericórdia de Arganil e a festa da Sra. da Conceição. Notas histórico-sociológicas”, *A Comarca de Arganil*, 18 de Outubro de 1979.

⁴⁸ Paulo Silveira e Sousa, “Caciquismo e poder local na literatura sob o Estado Novo”, *História dos municípios e do poder local [...]*, *ob. cit.*, p. 341.

⁴⁹ Adolfo Perinat y Maria Isabel Marrades, *Mujer, prensa y sociedad en España 1800-1939*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1980, p. 104. Estes autores fazem considerações bastante pertinen-

tagem de permitir uma análise comparativa e de detectar eventuais orientações do periódico. Alguns temas são recorrentes, quase obsessivos. Outros, pelo contrário, são omitidos, senão silenciados. Apesar das dificuldades, “delicadeza”, na expressão de Adolfo Perinat e Maria Isabel Marrades⁵⁰, que um estudo desta natureza comporta, devido às suas implicações ideológicas, é uma via possível de descodificação do universo de opiniões veiculado pelo jornal.

Ora, em cerca de cem anos de actividade jornalística, as maiores preocupações das colaboradoras de *A Comarca de Arganil* centraram-se nas questões educativas, as quais preenchem cerca de metade dos artigos publicados (42 %) (Quadro V).

Quadro V
Distribuição por temas dos artigos redigidos (1901-1979)

	Hom.	%	Mulh.	%	Sem id.	%	Total	%
Biografias	2	3,1	8	2,5			10	2,4
Condição fem. e masculina	14	22	6	1,9	8	28	28	6,8
Demografia e sociedade	3	4,7	13	4	1	3,5	17	4,1
Instrução e educação	16	25	63	20	5	17	84	20
Educação para os valores	2	3,1	71	22			73	18
Família	5	7,8	21	6,5	6	21	32	7,7
Feminismo e emancipação	9	14	1	0,3	1	3,5	11	2,7
História, arte e literatura	2	3,1	5	1,6	1	3,5	8	1,9
Lirismo			44	14			44	11
Moda	4	6,3			2	6,9	6	1,4
Política e organizações	5	7,8	34	11	2	6,9	41	9,9
Progresso e mudança			7	2,2			7	1,7
Regionalismo	1	1,6	8	2,5			9	2,2
Trabalho	1	1,6	22	6,9	3	10	26	6,3
Relatos de viagens			18	5,6			18	4,3
Total	64	100	321	100	29	100	414	100

Este tema polariza-se em dois grandes núcleos, por vezes difíceis de destringir, dada a sua sobreposição – *educação e instrução* e *educação para os valores* – coligindo o primeiro artigos que tratam especificamente de temas afins

tes sobre os limites e os condicionamentos desta técnica de tratamento dos dados, bem como das dificuldades de conhecimento objectivo das “condições de produção das mensagens” (em especial pp. 102-108).

⁵⁰ Adolfo Perinat y Maria Isabel Marrades, *ob. cit.*, p. 111.

a aspectos pragmáticos da instrução entendida como sinónimo de aquisição de conhecimentos (formas e práticas de ensino, escolarização, acção social escolar, questões pedagógicas, etc.), enquanto o segundo núcleo aglutina textos que reflectem uma preocupação geral com a educação, como sinónimo de formação moral e religiosa (transmissão de sistemas de valores e de normas de conduta).

Uma análise mais cuidada permite verificar que a maior parte destes artigos (68,7%) são da autoria de Arminda Sanches que à problemática educativa consagra grande parte do seu labor jornalístico. Mais de metade do seus artigos (52,2%) insistem na necessidade de educar a juventude, fundamentando a sua concepção de ensino na inculcação ideológica e na doutrinação moral, o que se adequa aos objectivos utilitaristas do Estado Novo relativamente à escola de massas (*Gráfico II*)⁵¹.

Com efeito, todas as suas intervenções se orientam para a formação inicial dos jovens e o modo a convertê-los em “bons filhos, bons pais, bons patriotas, bons amigos do Evangelho”⁵². Quanto ao apoio às escolas primárias, insiste em particular na criação de cantinas, algumas das quais ajudará a instalar, mas já no contexto da sua actividade no seio da “Obra das Mães para a Educação Nacional”⁵³.

Ainda no âmbito do ensino, as suas preocupações estendem-se à actividade docente, coligindo o tema “Trabalho” única e exclusivamente artigos sobre questões de natureza corporativa relativas à carreira do magistério primário (*Gráfico II*).

Em causa está a desvalorização do estatuto profissional dos professores, contra a qual esta articulista se insurge, protestando pela perda de prestígio e fraco reconhecimento institucional da profissão, investindo em particular a extinção de “cursos de aperfeiçoamento”⁵⁴, a falta de meios económicos e financeiros devido aos baixos vencimentos, responsável pela feminização da actividade⁵⁵, as

⁵¹ “Educação Nacional”, Dicionário de História do Estado Novo, *ob. cit.*, vol. I, pp. 286-288; Ana Paula Rias, “Génese e consolidação do Estado Novo. A escola e a sociedade: 1930-1960”, *Maios de 1968: trinta anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, coord. de Maria Cândida Proença, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp. 93-111.

⁵² “Escolas sem professores e postos sem regentes...”, *A Comarca de Arganil*, 21 de Novembro de 1970.

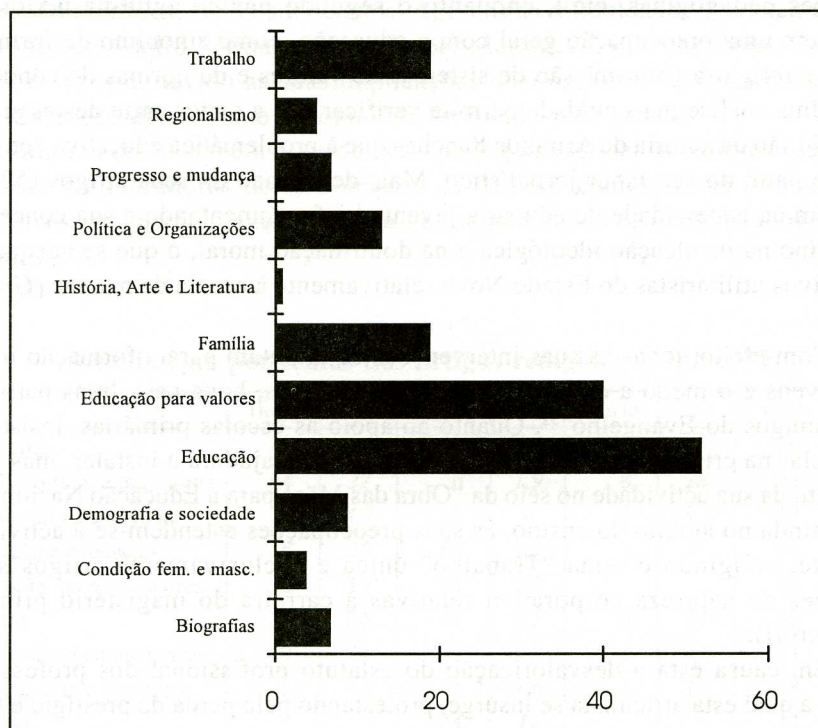
⁵³ Sobre o carácter instrumental desta iniciativa de uma das organizações femininas do Estado Novo veja-se Irene Flunser Pimentel, *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo. As organizações femininas do estado Novo. A “Obra das Mães pela Educação Nacional” e a “Associação Portuguesa Feminina”, 1936-1966*, Lisboa, 1966, dissertação de Mestrado (policopiado), pp. 285-289; Helena Neves, *O Estado Novo e as mulheres. O género como investimento ideológico e de mobilização*, Câmara Municipal de Lisboa, Biblioteca Museu República e Resistência, 2001, pp. 39-51.

⁵⁴ “Educadores. Professores primários”, *A Comarca de Arganil*, 22 de Setembro de 1951.

⁵⁵ Entre outros artigos vejam-se os seguintes: “Um problema actual e sério do nosso ensino primário I”, e “Um problema actual e sério do nosso ensino primário II”, *A Comarca de Arganil* de 7 e 11 de Maio de 1963; “Problemas do ensino primário”, *A Comarca de Arganil* de 8 de Fevereiro de 1969. A feminização

Gráfico II

Classificação por temas dos artigos redigidos por Arminda Sanches



deficientes condições de habitabilidade⁵⁶, entre outros aspectos. Com efeito, se os últimos anos da República corresponderam à “idade de ouro dos professores primários”, na expressão de António Nóvoa⁵⁷, a institucionalização do Estado Novo, em 1933, reduziu de um modo significativo o seu poder de intervenção, o que se enquadra na estratégia governamental de construção das escolas de massas com reduzidos custos financeiros⁵⁸.

do professorado primário, contrariamente à opinião expressa por esta autora, é um fenómeno que remonta aos últimos anos da monarquia, tendo-se acentuado com a República: em 1910, 52,2% do professorado era constituído por mulheres; em 1940, 76%. Sobre o assunto veja-se Helena Costa Araújo, *Pioneiras na educação. As professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências (1870-1933)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000, p. 189; Anne Cova; António Costa Pinto, *O salazarismo e as mulheres. Uma abordagem comparativa*, sep. de *Penélope*, n.º 17, 1997, p. 81.

⁵⁶ “Um problema actual e sério do nosso ensino primário III”, *A Comarca de Arganil*, 1 de Junho de 1963.

⁵⁷ Cit. in Helena Costa Araújo, *ob. cit.*, p. 189.

⁵⁸ Helena Costa Araújo, *ob. cit.*, pp. 200-212.

Ora, embora Arminda Sanches nunca questione a política seguida, elogiando até decisões tomadas (campanhas de educação de adultos⁵⁹, fiscalização dos livros infantis⁶⁰, fundação das “Escolas de Pais”⁶¹), reclama, no entanto, uma espécie de retorno ao passado, enfatizando o papel do professor como *formador*, em nome de um melhor e mais eficaz controlo político e cultural das crianças.



*Fotografia de Arminda Sanches
(gentilmente cedida pelo Sr. Dr. António
Alves Caetano, a quem muito agradeço)*

Em matéria estritamente educativa, a formação das consciências é, para esta autora, o pilar fundamental, devendo ser direccionada de modo a “moldar” o carácter, mediante a inculcação de valores considerados indiscutíveis e intemporais: a “caridade” e “o ser útil”, o “respeito e a obediência”, a “austeridade” e o “sentido de sacrifício”, a “disciplina e a pontualidade”, o “espírito cristão” e o “amor à pátria”, o “civismo e a dignidade”⁶². Partindo do princípio de que “não há crianças más”, e que as más tendências se desenvolvem quando estas “têm a

⁵⁹ “Educação da família. Casa de pais – escola de filhos”, *A Comarca de Arganil*, 10 de Fevereiro de 1953.

⁶⁰ “Livros e leitores”, *A Comarca de Arganil*, 25 de Junho de 1955.

⁶¹ “Escola de pais”, *A Comarca de Arganil*, 16 de Maio de 1957.

⁶² Veja-se, a este propósito, os seus artigos intitulados, “Pontualidade”, *A Comarca de Arganil*, 14 de Junho de 1952; “Para uma vida melhor”, *A Comarca de Arganil*, 23 de Março de 1954; “Semear para colher”, *A Comarca de Arganil*, 28 de Setembro de 1961; “Horas de preocupação”, *A Comarca de Arganil*, 6 de

infelicidade de não serem pacientemente corrigidas nas manifestações dos seus instintos”⁶³, adequa toda sua mensagem discursiva aos princípios da religião católica, o que nos remete, em última instância, para o modelo de sociedade difundido e propagado pelo regime político então no poder, bem como para a política educativa realizada, a partir de 1936, pelo Estado Novo (reforma de António Carneiro Pacheco), a qual privilegia a componente educativa em detrimento da transmissão de conhecimentos⁶⁴.

Armanda Sanches, a quem um articulista de *A Comarca de Arganil* apelidaria de “missionária dos grandes ideais”⁶⁵, empreende, a vários níveis, uma acção de “evangelização” das consciências, procurando combater vícios, definir regras, reclamando para o professor primário o título de “herói”, a quem compete, na sua opinião, e em estreita articulação com a família, “modelar” o carácter das crianças, “fazendo de meninos de seis anos almas abertas ao Bem, inteligências a desabrochar para o estudo e para a vida e corações generosos [...]”⁶⁶.

No que respeita ao quadro normativo dos valores familiares, limita-se a reproduzir as posições oficiais sobre o assunto, de raiz salazarista⁶⁷, insistindo sobretudo no papel da mulher como mãe e dona de casa⁶⁸. O seu pensamento reflecte, no entanto, uma certa radicalização que parece acompanhar a sua militância em organizações políticas do Estado Novo, em particular na “Obra das Mães pela Educação Nacional”⁶⁹, da qual foi presidente da Comissão distrital de

Julho de 1967; “Os velhos”, e “Valorização do trabalho pela disciplina”, *A Comarca de Arganil*, 11 de Maio e 20 de Junho de 1968; “Inquietação justificada” e “Amanhã será tarde”, *A Comarca de Arganil*, 27 de Janeiro e 11 de Novembro de 1972.

⁶³ “Não há crianças más”, *A Comarca de Arganil*, 19 de Março de 1955.

⁶⁴ Maria Filomena Mónica, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A escola primária salazarista 1926-1939)*, Lisboa, Editorial Presença, 1978, pp. 145-150; “Educação Nacional”, *Dicionário de História do Estado Novo*, *ob. cit.*, vol. I, pp. 287-288.

⁶⁵ *A Comarca de Arganil*, 22 de Setembro de 1977.

⁶⁶ “Tributo de gratidão aos professores primários”, *A Comarca de Arganil*, 7 de Julho de 1966.

⁶⁷ Anne Cova; António Costa Pinto, *art. cit.*, pp. 72-75; Irene Flunser Pimentel, *ob. cit.*, pp. 21-30 e Luís A. Vicente Baptista, “Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30. O quadro normativo”, *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, Colóquio 20-22 de Março de 1985, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, vol. I, pp. 191-219.

⁶⁸ Para um confronto com outros periódicos de conteúdo moralizador e doutrinador veja-se Isabel Alves Ferreira, “Mocidade Portuguesa Feminina. Um ideal educativo”, *Revista de História das Ideias*, n.º 16, *Do Estado Novo ao 25 de Abril*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1994, pp. 193-234; Denise Detragiache, “De la “Mamma” à la “Nouvelle Italienne”: la presse des femmes fascistes de 1930 à 1942”, *Entre émancipation et nationaliste. La presse féminine d’Europe. 1914-1945*, sous la direction de Rita Thalmann, Éditions Deuxtemps Tierce, 1990, pp. 139-164.

⁶⁹ Esta organização foi criada em 1936 com o objectivo de “reeducar ideologicamente” as mulheres, sobretudo as trabalhadoras, orientando-as no sentido do regresso à esfera doméstica, como mães, esposas e donas de casa, Irene Flunser Pimentel, *ob. cit.*, 1.º vol., pp. 219-268.

Coimbra a partir de Dezembro de 1969⁷⁰. Se na década de cinquenta, ainda que circunscrita aos pontos de vista católicas acerca dos deveres das mulheres em casa⁷¹, Arminda Sanches fale a linguagem dos direitos do sexo feminino, reconhecendo as vantagens do acesso aos ensinos superior e técnico ou admitindo a compatibilidade entre a vida familiar e o trabalho fora do lar⁷², a partir da década de sessenta, a sua argumentação muda.

Desvanece-se a simpatia pelo trabalho feminino fora do lar, cujas consequências considera mais prejudiciais do que benéficas para a educação dos filhos, colocando a ênfase na ideia central do estado autoritário, de que “o melhor lugar para as mulheres é em casa” e o seu fim último a maternidade⁷³. No contexto da “lenta agonia do salazarismo” e, após a morte do ditador, da tímida abertura política marcelista, de teor liberalizante⁷⁴, o seu discurso crispa-se, alinhando por teses doutrinárias de direita, “remontando”, em termos ideológicos, ao paradigma salazarista.

Nesta fase, empenhar-se-á numa luta sem tréguas, com os contornos de um apostolado moralizador, contra a incipiente mudança de mentalidades, ao nível local, invectivando todos os “focos” de dissolução dos costumes, com destaque para “a malfadada mini-saia”, “os disparatados penteados”, “os bailes yé-yé”, certos filmes “imorais” do cinema e da televisão, “escolas do crime e da preversão” na sua opinião, a “linguagem grosseira” e a literatura de cordel⁷⁵.

Embora resistindo com convicção e talento ao avanço do progresso, a sua representação do mundo afastava-se da realidade da geração dos “gloriosos” anos sessenta. As contradições eram inevitáveis... Tornava-se cada vez mais difícil adequar o seu discurso imperioso à “aragem de liberdade” dos novos tempos,

⁷⁰ “A Sra. D. Arminda Sanches é a nova presidente do distrito de Coimbra da Obra das Mães”, *A Comarca de Arganil*, 6 de Dezembro de 1969.

⁷¹ Sobre as perspectivas católicas nesta matéria veja-se, entre outros, Helena Costa Araújo, *ob. cit.*, pp. 240-247.

⁷² “A mulher de ontem e a mulher moderna”, *A Comarca de Arganil*, 9 de Maio de 1953; “Às mães”, *A Comarca de Arganil*, 9 de Março de 1954.

⁷³ Entre outros vejam-se os seus artigos “Mães e filhos de hoje...”, e “Novo Rumo”, *A Comarca de Arganil*, 1 de Agosto e 17 de Outubro de 1968; “A mãe através dos tempos”, *A Comarca de Arganil*, 23 de Maio de 1970; “Mães”, *A Comarca de Arganil*, 7 de Dezembro de 1971.

⁷⁴ *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, sétimo vol. *O Estado Novo (1926-1974)*, autoria de Fernando Rosas, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 539-547; “Marcelismo”, *Dicionário de História do Estado Novo*, *ob. cit.*, vol. II, pp. 546-548.

⁷⁵ Veja-se, entre outros, os seguintes artigos: “Educação e televisão”, *A Comarca de Arganil*, 19 de Maio de 1966; “Ontem e hoje. As raparigas da aldeia”, *A Comarca de Arganil*, 23 de Agosto de 1969; “Iniquetação justificada”, e “Juventude transviada”, *A Comarca de Arganil*, 27 de Janeiro e 19 de Fevereiro de 1972.

expressa numa maior liberalização de costumes, no relacionamento mais igualitário entre os sexos, nas novas modas e estilos musicais, na maior abertura cultural e política. No preciso momento em que Arminda Sanches apelava para a revalorização do papel da mulher na família, as páginas de *A Comarca de Arganil* enchiam-se de fotografias de jovens da região que concluíam, com êxito, os seus estudos superiores ou dava-se conhecimento, com incontido orgulho, dos sucessos profissionais desta ou daquela “distinta arganilense” ou do seu pioneirismo em algumas profissões.⁷⁶



Mensagem de Boas-Festas da “Orquestra Feminina e Futurista de Arcozelo”

Fonte: *A Comarca de Arganil*, 25 de Fevereiro de 1930.

Enfim, para aquela activa e empenhada colaboradora do jornal, que transmitia de si a imagem de uma mulher segura, competente e conhecedora do seu ofício, *A Comarca de Arganil* foi um instrumento de propaganda e um veículo dos interesses do governo, quiçá um instrumento para a sua própria projecção política. A sua acção, no entanto, também se enquadra no prolongamento do trabalho de catequização, tradicionalmente confiado pela Igreja católica às mulheres⁷⁷.

⁷⁶ Veja-se, entre outros, os artigos, “É de Arganil a primeira senhora tesoureira da Fazenda Pública”, *A Comarca de Arganil*, 4 de Janeiro de 1975.

⁷⁷ Claire Guyot, “De l’engagement au désenchantement (1945-1975)? Jalons pour une histoire des intellectuelles catholiques”, *Clio. Histoire, Femmes et Sociétés*, 2001, n.º 13, p. 157.

Outros temas

Para além da temática educativa que é inquestionavelmente a dominante, outros assuntos fixaram a atenção dos colaboradores do jornal, em especial a “família”, “política e organizações”, relatos de viagens.

Paradoxalmente, a moda, tema recorrente em revistas femininas, não é objecto de qualquer artigo de fundo por parte das articulistas do jornal. É-o, no entanto, por parte do sexo masculino, que a reprova em tom moralizador, sobretudo os seus “despudores” e “bizarrias” entre as quais se incluem “os saltos altos” e as “saias justas”, utilizando-a como pretexto para críticas à liberalização dos costumes⁷⁸. Este periódico assegurou, no entanto, na década de vinte e inícios da década de trinta, uma rubrica de *moda* que desapareceu com a implantação, em 1933, do “Estado Novo”. A longa conjuntura repressiva imposta ao país por este regime político iria permitir o retorno da velha aliança eclesiástica e o fixismo das relações e das práticas sociais, dominadas pela ortodoxia do pudor e da modéstia. A partir daquela data, não só desaparecem os artigos de moda, mas também as referências aos concursos de beleza⁷⁹ ou às eleições de *misses* Europa⁸⁰, que eram regularmente noticiados.

Nos anos sessenta, já enquadrado por um novo cenário político e ideológico, o jornal passaria a incluir uma “Página Feminina”, onde, a par de breves notícias sobre moda ou de pequenos artigos de carácter literário ou científico, se davam alguns conselhos às leitoras. Deles emergem mensagens persuasivas que, embora sem o estilo panfletário e a retórica pesada e solene de alguns artigos de fundo, reiteram os comportamentos tradicionais femininos, censurando-se as condutas que fugiam às normas (amores proibidos, atitudes de mulher fatal ou de *vamp*, etc.), ou se recomendava às esposas a arte de fingir – “sofrer e calar” –, quando os respectivos cônjuges perdiam a auréola de “príncipe encantado”. Desaconselhava-se, no entanto, em qualquer circunstância, o divórcio.

Ainda dentro das temáticas ditas femininas, o jornal manteria, quase desde sua fundação, uma rubrica intitulada “Cabaz das Compras”, em que, em simultâneo com receitas de culinária, se indicavam os preços dos principais géneros agrícolas praticados no mercado de Arganil. Iniciada em Fevereiro de 1928, esta secção viria até à actualidade. Primeiramente da responsabilidade de Mafalda

⁷⁸ Vejam-se, entre outros os artigos de Alípio Barbosa intitulados “A moda” e “O pudor e a moral”, *A Comarca de Arganil*, 24 de Fevereiro e 3 de Março de 1951.

⁷⁹ “Um certamen de beleza. A rainha do concelho de Arganil no concurso de trajes regionais da Curia”, *A Comarca de Arganil*, 26 de Julho de 1927.

⁸⁰ “A mais linda mulher da Europa”, *A Comarca de Arganil*, 26 de Fevereiro de 1929; “Campeonato de beleza da Europa”, *A Comarca de Arganil*, 21 de Fevereiro de 1930.

Campeonato de beleza da Europa

A gravura que a seguir publicamos reproduz as formosas concorrentes ao grande torneio de belezas europeias, realizado há pouco em Paris.

Foi eleita rainha da Europa a formosa grega Alice Diplarakon (n.º 4 da nossa gravura), que arrebatou o título de rainha. Como pormenor interessante diramos que a formosíssima Alice Diplarakon é formada em letras pela Universidade de Paris. Como grega que é, e para mais spartana, bem pode dizer-se que não honra apenas a beleza clássica dos gregos, honra também a sua clássica cultura.

Portugal desta vez não concorreu, não porque lhe faltassem mulheres formosas capazes de competir com as mais altas sumidades da beleza mundial, mas por qualquer outro motivo que desconhecamos e por certo não interessa grandemente à nacionalidade...



Página dedicada à eleição da "rainha da Europa" num concurso de beleza

Fonte: A Comarca de Arganil, 25 de Fevereiro de 1930.

Brites, passaria a ser redigida por “A Ciganita”, nos Anos Trinta e, posteriormente, por “A Glória do Liz”, pseudónimo de Maria Emília Simões Castanheira.

No que respeita ao tema “Família”, não se regista em *A Comarca de Arganil* qualquer evolução perceptível, independentemente do regime político em vigor. Os artigos estão repletos de reflexões moralizantes, não se afastando dos pontos de vista já analisados e que remetem para o arquétipo do modelo da “sagrada família”. Fundamentado numa estrita separação entre os sexos, a ideologia conservadora predominante reforçava os mecanismos de dominação e de subordinação das mulheres.

Os temas políticos tingem-se, a partir do Estado-Novo, de um nacionalismo militante, pautando-se por concepções antiliberais, antirepublicanas e militaristas. Tanto se elogia a acção desenvolvida por certas personalidades como Eva Perón⁸¹, a Viscondessa de Sanches de Frias, presidente da “Obra das Mães para a Educação Nacional”, em Arganil⁸², ou por instituições do regime (“União Cristã dos Industriais e Dirigentes do Trabalho”⁸³, “Obra das Mães”⁸⁴, “Movimento Nacional Feminino”⁸⁵, “Secretariado Nacional de Emigração”⁸⁶, entre outras), como se enaltece o patriotismo de certas mulheres que encorajam os filhos a partir para o Ultramar e a lutar na guerra colonial⁸⁷. O slogan “Ao serviço da família e da pátria”, resumia, em poucas palavras, o lugar das mulheres nas hierarquias biológicas e sociais, na perspectiva oficial do regime, e que Arminda Sanches zelosamente difundia. Todavia, a imagem das “mães combativas”, “heroínas da retaguarda”, embora não constituísse um símbolo original, amplamente utilizado por correntes políticas de sentido oposto⁸⁸, era considerado um meio eficaz de mobilização das mulheres.

Compagina-se com esta actividade de “doutrinação” da população feminina, o elogio de algumas figuras que personificam, de alguma maneira, as qualidades

⁸¹ “Eva Perón – glória das mulheres do nosso tempo”, por Maria Emília, *A Comarca de Arganil*, 21 de Agosto de 1952.

⁸² “Viscondessa de Sanches de Frias”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 31 de Julho de 1952.

⁸³ “A união faz a força”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 1 de Julho de 1952.

⁸⁴ “Semana da mãe”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil* de 6 de Dezembro de 1939.

⁸⁵ “O Movimento Nacional Feminino e a mensagem de Fátima”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 1 de Fevereiro de 1968.

⁸⁶ “Quem são os emigrantes?”, por Cândida Cortes, *A Comarca de Arganil*, 15 de Dezembro de 1973.

⁸⁷ “Mães de ontem...mães de hoje”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 7 de Dezembro de 1963.

⁸⁸ Veja-se o caso da sua utilização na guerra civil espanhola, por parte dos republicanos, e na II Guerra Mundial, pelo governo de Vichy. Cfr. Mary Nash, *Rojas. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil*, Madrid, Taurus, 1999, pp. 99-104; Rita Thalmann, “Vichy et l’antiféminisme”, *Un siècle d’antiféminisme*, *ob. cit.*, pp. 229-239; Hélène Eck, “As mulheres francesas sob o regime de Vichy. Mulheres do desastre, cidadãs pelo desastre?”, *História das mulheres no Ocidente*, sob a orientação de Georges Duby e Michelle Perrot, vol. V – *O século XX*, tradução portuguesa com revisão científica de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 243-277.



Neste cantinho destinado às mulheres, não ficará mal que eu me dirija às mulheres-mães, para saudá-las. Estamos na Semana da Mãe, oito dias dedicados a homenagear e a consagrar todas aquelas que cumprem a linda, espinhosa e santa missão de mãe.

Que há de mais belo que o amor de mãe? Quanta ternura, quanta abnegação, quanto sacrifício e total dedicação há nesse amor! Os filhos, desde a hora em que nascem — mais verdadeiramente direi, desde a hora da concepção — são o farol que guia a vida e o coração das mães.

Nam corpinho pequeno concentra-se todo o cuidado e desvanecimento de uma mulher. E pela vida fora, embora o menino cresça, se torne homem, os olhos carinhosos da mãe vêem-no sempre pequenino, precisado ainda dos mesmos extremos do seu amor.

Mães! Felizes quantos ainda as têm! Dei-lhes, filhos, o melhor do vosso coração; pagai-lhes, com igual amor, aquele que recebei.

Minha mãe! Para si, uma saudação especial, onde vai toda a minha gratidão amor e o desejo enorme, profundo e sentido de a ter ainda muitos e muitos anos.

O tempo péssimo que tem feito, com chuva a cântaros e vento medonho, abriu parêntesis na quinta-feira, para se realizar o mercado mensal.

O dia acordou ameno, embora envolto em nevoeiro. Cerca das 11 horas, e sol rompem, alegrando-nos com a sua presença.

Mais tarde, ao findar a feira, uma mulher diz-me: — «Deus teve pena dos pobres que precisam de ganhar a vida».

Assim? fora, realmente. Muita gente, negócio regular.

Já principiam a vir bastantes grelos de nabo. Ainda caros, a 2\$50, 2\$00 e 1\$50 a môhada.

As couves de cortar, a \$50 cada. Couve-flor, muita já espigada, de 1\$00 a 2\$50 cada.

Havia muita cabeça de nabo, a 1\$00 o grupo de três ou quatro. Cenouras, também a 1\$00 um môhito.

As maçãs querem dizer-nos adeus. As que havia, salvo algumas mais bonitas, a 8\$00 o quarteirão, eram engelhadas, pequenas e pisadas. Havia-as desde 3\$00. Laranjas, a 3\$50; tangerinas, a 3\$50 e 5\$00; lãngeras, a \$40 cada. As bananas andam agora pelos 9\$00 o quilo.

Alguns quilos de queijo, que se vendeu a uma média de 24\$00, algum muito bom.

Os ovos, agora, tornaram-se um problema para quem deles precisa. Não aparecem, e os poucos que, muito disfarçadamente, se encontram, custam 13\$00 a dúzia.

A criação também se está guardando para o Natal, mas deve ser cara. Nesta semana havia poucas galinhas, de 22 a 26\$00; frangos, bonzitos, a 18\$00; um galo, por 23\$00; e um coelho, 16\$00.

Na sardinha, havia-a pequena, a 2\$00 e 3\$00; grande, boa, a \$50 cada; chicharro, a 2\$50 o par; berbigão, a 1\$00 o quilo; pescada, a 13\$00; bogas, a 10\$00; corvinitas, a 9\$00; e bicas, a 8\$00, tudo o quilo.

Na feira de gado havia fraco movimento de bovinos. Vi lá só umas quatro juntas de bois. Mas na de suínos, faziam-se algumas vendas boas. Um porco muito gordo, custou 1.700\$00; outros foram por 14 notas, 10 e 8, conforme o seu tamanho. Os leitões é que me pareceram caros, pois por um, acabado de desmamar, pediram-me 90\$00.

Muitas barracas de panos, roupas feitas, calçado e chapéus. Lugares de louça, barro, alumínio, latoaria, cestos, etc., a variedade era muita.

E pronto, por hoje. Vossa

Flôr do Lis.

A rubrica intitulada "Cabaz das Compras" mantém-se quase sem alterações significativas desde o início da publicação do jornal até aos anos 1980

Fonte: A Comarca de Arganil, 12 de Dezembro de 1953.

sociais valorizadas: o sentido da família, da pátria e do sacrifício, o altruísmo. Trata-se, de uma forma geral, de personalidades próximas do poder político: a rainha Santa Isabel⁸⁹ e D. Amélia⁹⁰, o conde Ferreira⁹¹, D. Ernesto Sena de Oliveira, bispo de Coimbra⁹², D. Maria Isabel de Mesquita, benemérita de Avô⁹³, ou Bissaya Barreto⁹⁴.

Conhecer a receptividade deste tipo de discurso ou determinar até que ponto foram interiorizados os valores impostos pelo regime político, é difícil. No entanto, ajudaram a definir um modelo de mulher e a impô-lo à sociedade portuguesa. A partir dos anos sessenta o seu impacto desvanece-se, sugerindo uma certa insensibilidade por parte da sociedade civil relativamente às mensagens veiculadas, num contexto de transformação das mentalidades e de avanço de um espírito burguês, céptico e hedonista.

Finalmente, as viagens. Pelo interior do país ou pela Europa⁹⁵, os relatos dos passeios, turísticos ou culturais, constituíam uma lufada de ar fresco na construção de um novo porvir. Já os artigos de Maria Salete Borges (Tema: “Lirismo”) promovem uma inversão no tempo, recuando ao passado, aos tempos saudosos da infância, pouco se abrindo à realidade envolvente, excepto nalguns textos que abordam a desagregação do mundo rural, por via dos incêndios ou da destruição das matas e das florestas⁹⁶.

Em conclusão:

O estudo da produção jornalística feminina portuguesa do passado tem sido, de um modo geral, elaborado a partir de revistas femininas ou feministas. Os

⁸⁹ “A união faz a força”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 1 de Julho de 1952.

⁹⁰ “Rainha Santa Isabel”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 8 de Julho de 1954.

⁹¹ “O Conde Ferreira”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 29 de Março de 1966.

⁹² “D. Ernesto Sena de Oliveira e a sua obra”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 28 de Agosto de 1967.

⁹³ “Dona Isabel Maria de Mesquita – benemérita de Avô”, pelo Dr. Vasco de Campos, *A Comarca de Arganil*, 25 de Setembro de 1969.

⁹⁴ “Exemplo de abnegada doação de si próprio”, por Arminda Sanches, *A Comarca de Arganil*, 24 de Setembro de 1974.

⁹⁵ Entre outros, vejam-se os seguintes artigos: “De Coja a Santa Luzia II”, por Flor do Liz, *A Comarca de Arganil*, 10 de Junho de 1952; “Cinco “pintassilgos” demandam o Norte (7)”, por Maria Emília, *A Comarca de Arganil*, 16 de Abril de 1954; “Diário de uma viagem de sonho”, por Ester Nogueira, *A Comarca de Arganil*, 31 de Outubro de 1974.

⁹⁶ “Árvores – Essas vítimas”, por Maria Salete Borges, *A Comarca de Arganil*, 13 de Setembro de 1975; “Fumo que apavora”, por Maria Salete Borges, *A Comarca de Arganil*, 5 de Agosto de 1976.

estudos históricos disponíveis sobre esta matéria, provenientes ou não da área dos *estudos das mulheres* ou do *género*, centram-se sobretudo nos movimentos sociais e políticos progressistas que visavam a obtenção de direitos, deixando na sombra o contributo das próprias mulheres, na imprensa escrita, para a elaboração e difusão de posições anti-feministas e anti-liberais.

Consideradas passivas perante a ideologia dominante, é geralmente escamoteado o seu protagonismo na estruturação do tradicional discurso da domesticidade que reforçava a separação dos espaços públicos e privados e as confinava ao mundo doméstico da casa e da família. E, no entanto....

Ora, no jornal *A Comarca de Arganil* colaboraram algumas mulheres que desempenharam um papel activo na formulação do pensamento político conservador e na redefinição do lugar das mulheres na sociedade. Durante a República, sem dúvida, mas sobretudo em pleno “Estado Novo”, nas décadas de cinquenta e sessenta. Neste campo, destacou-se Arminda Sanches, tendo o jornal lhe dado oportunidade para fazer ouvir a sua voz, espelhando nos seus artigos o apego à família, o papel formativo da escola primária e o fervor patriótico, típicos das classes médias. Para esta empenhada professora do magistério primário, a família e a escola, de mãos dadas, eram o molde onde se produziam as almas obedientes e conformistas.

Contudo, um fosso cada vez mais acentuado separava o seu pensamento da realidade... A entrada das mulheres no mercado de trabalho, o acesso às universidades, entre outros factores, farão emergir, nos finais dos anos sessenta e sobretudo na década de setenta, colaboradoras de novo tipo. Ocasionais, sem dúvida, mas técnicas e profissionais, carreando para os seus artigos no periódico arganilense saberes dos seus ofícios: a história e o património, as teorias pedagógicas....

Pontual ou com regularidade, todas, no entanto, ajudaram a construir *A Comarca de Arganil*, inscrevendo a sua identidade nos textos que redigiram, contribuindo à sua maneira para o reconhecimento social das mulheres.